

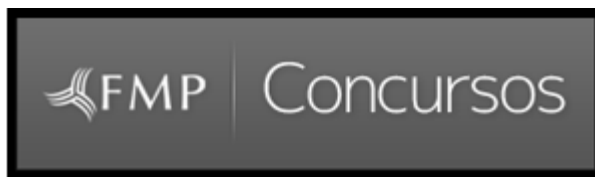


ESTADO DO ACRE
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

CONCURSO
PARA
PROCURADOR DO ESTADO

PROVA OBJETIVA

2014



Prezado(a) Candidato(a):

Você está recebendo um caderno com a **Prova Objetiva** e uma **Folha de Respostas**. Leia, com a máxima atenção, as instruções abaixo.

Quanto ao Caderno de Prova:

O presente caderno contém 100 questões de múltipla escolha.

Confira cuidadosamente o material que lhe foi entregue e verifique se ele está completo e legível. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro Caderno de Prova.

Cada questão oferece QUATRO opções de resposta, representadas pelas letras **A, B, C e D**. Somente uma das opções é correta.

Iniciada a prova, não faça mais perguntas. A interpretação das questões é parte integrante da prova.

Quanto à Folha de Respostas:


A Folha de Respostas é personalizada e parte integrante desta prova.

Confira seu nome e número de inscrição. Caso haja alguma incorreção, comunique ao fiscal de sala.

Aponha sua assinatura no local indicado.

O preenchimento correto da Folha de Respostas é da inteira responsabilidade do candidato.

Para cada uma das questões, preencha, obrigatoriamente, na folha de respostas, somente **uma** das opções (**A, B, C ou D**).

As respostas das questões na Folha de Respostas devem ser totalmente preenchidas, com caneta azul ou preta, suficientemente pressionada e de acordo com o modelo: 

Qualquer assinalação diferente será passível de anulação.

Não serão consideradas as respostas duplas ou em branco.

Não amasse e não dobre a Folha de Respostas.

Ao término da prova, entregue sua Folha de Respostas ao fiscal da sala.

O tempo de duração da prova é de **QUATRO** horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões e o preenchimento da Folha de Respostas.

O caderno de questões poderá ser levado após três horas do início das provas(Art. 58, inc. IX, do Regulamento).

Não será permitida a saída da sala de aula antes de transcorrida 1h30min do início da prova (Art. 29, parágrafo 1º, do Regulamento).

Não é permitido qualquer tipo de consulta nem uso de máquina de calcular, telefone celular, bip, telefone celular, relógios digitais, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador ou outros equipamentos similares, bem como protetores auriculares, óculos escuros, bonés, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou outros equipamentos eletrônicos.

BOA PROVA!

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 – Analise as afirmativas abaixo.

- I - Somente quando expressamente autorizado pela Constituição, o legislador pode restringir ou regular algum direito fundamental.
- II - De acordo com a jurisprudência do STF, a liberdade de expressão ocupa uma posição superior no sistema constitucional brasileiro, prevalecendo sempre em caso de colisão com outros direitos fundamentais, individuais ou sociais.
- III - No âmbito das relações de submissão, os direitos fundamentais acabam submetidos por outros direitos peculiares a tais relações.
- IV - Viola o princípio da igualdade toda e qualquer ação discriminatória, mesmo de caráter afirmativo, produzida pelo legislador ou, mesmo, por meio de políticas públicas.

- (A) Todas as alternativas são verdadeiras.
- (B) Todas as alternativas são falsas.
- (C) Apenas a alternativa I está correta.
- (D) Apenas as alternativas II e III estão corretas.

2 – Analise as assertivas abaixo.

- I. Não é possível o uso do mecanismo da interpretação conforme a constituição em relação a dispositivo legal que reproduz norma estabelecida pelo legislador constituinte originário.
- II. A interpretação constitucional disponibiliza ao julgador a possibilidade de recriar a norma jurídica, atuando como legislador positivo.
- III. É possível o controle de constitucionalidade de emendas constitucionais, no que diz respeito ao aspecto material, ficando, todavia, restrito à compatibilidade ou não da reforma constitucional às chamadas "cláusulas pétreas".
- IV. O poder de revisão constitucional em muitas situações se vê confrontado com a questão intergeracional das normas constitucionais, cabendo, neste caso, ao julgador promover a adaptação da norma ao contexto histórico, desvinculando-se do texto normativo original.

É(são) apenas correta(s) a(s) assertiva(s):

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) III.
- (D) I e IV.

3 - Com base na jurisprudência do STF, pode-se afirmar que é inconstitucional a fixação de piso salarial nacional para os profissionais da educação escolar pública, tendo em vista o princípio federativo. Do enunciado, pode-se dizer que

- (A) a afirmação é totalmente verdadeira.
- (B) a afirmação é totalmente falsa.
- (C) a afirmação é parcialmente falsa, pois o fundamento utilizado pelo STF não é o princípio federativo, mas a restrição orçamentária imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (D) Nenhuma alternativa anterior é correta.

4 - A Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência foi incorporada no ordenamento brasileiro com hierarquia supralegal, mas infraconstitucional. Em relação à afirmativa, assinale a alternativa verdadeira.

- (A) A afirmativa está correta.
- (B) A afirmativa está parcialmente correta, pois não existe hierarquia supralegal.
- (C) A afirmativa está incorreta.
- (D) Nenhuma das alternativas anteriores.

5 - Considerando que a federação é cláusula pétrea, é possível a edição de emenda à constituição que afete a partilha de competências entre os entes federativos?

- (A) Sim, é possível alterar a partilha de competências, desde que se preservem as de caráter financeiro.
- (B) Não, sendo cláusula pétrea, toda e qualquer medida que, mesmo tendencialmente, venha a afetar o princípio federativo, não poderá ser objeto de deliberação parlamentar.
- (C) A federação não é cláusula pétrea.
- (D) Nenhuma alternativa anterior é verdadeira.

6 – A Constituição brasileira de 1988 garante aos litigantes, em processo judicial, e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes, não porém em processo administrativo, pois sempre é possível o interessado recorrer ao Poder Judiciário .

Quanto à afirmação, é possível dizer:

- (A) É incorreta, pois também no procedimento administrativo devem ser observadas as garantias constitucionais do processo.
- (B) É correta, pois no procedimento administrativo não incidem as garantias constitucionais do processo.
- (C) É incorreta, parcialmente, pois no procedimento administrativo vigora apenas a garantia do contraditório.
- (D) Nenhuma alternativa anterior está correta.

7 – Compete privativamente ao Chefe do Executivo Federal:

- (A) vetar projetos de lei, parcial ou totalmente, sendo, neste último caso, necessária a aquiescência do Vice-Presidente.
- (B) decretar o estado de defesa e o estado de sítio, bem como a intervenção federal nos demais entes deferados, assim como, se for o caso, nos demais poderes da República, quando necessário à ordem pública.
- (C) expedir decretos para a criação de órgãos públicos ou para a extinção de funções ou cargos públicos, ficando seus ocupantes em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (D) nomear os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dependendo previamente de aprovação do Senado Federal, o qual sabatinará o(a) candidato(a) indicado pelo próprio Presidente da República.

8 - O Governador do Estado pode editar medida provisória em caso de relevância e urgência, desde que a Constituição estadual preveja expressamente a possibilidade e o Parlamento estadual a confirme nos três meses subsequentes à sua edição.

Em relação à tal afirmação, assinale a assertiva correta.

- (A) A afirmativa é incorreta, pois somente o Presidente da República tem competência para a edição de medidas provisórias.
- (B) A afirmativa é incorreta, pois a Constituição Federal impede a edição de medidas provisórias.
- (C) A afirmativa é incorreta, pois a edição de medidas provisórias em âmbito estadual depende do que dispuser a respectiva Constituição Estadual.
- (D) A afirmativa é correta.

9 – A defesa da ordem constitucional em âmbito estadual, nas ações declaratórias de inconstitucionalidade de lei municipal perante o Tribunal de Justiça estadual, compete a(o):

- (A) Chefe do Executivo estadual.
- (B) Procurador-Geral de Justiça.
- (C) Procurador-Geral do Estado.
- (D) Defensor Público-Geral do Estado.

10 - O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, na esfera federal.

Em relação à tal afirmação, assinale a assertiva correta.

- (A) A afirmativa está correta.
- (B) A afirmativa está incorreta, pois o quórum para aprovação de súmula vinculante é de maioria absoluta.
- (C) A afirmativa está incorreta, pois o efeito vinculante diz respeito apenas aos órgãos do Poder Judiciário.
- (D) Nenhuma das alternativas é verdadeira.

11 - Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, o Supremo Tribunal Federal poderá:

- (A) tornar sem efeito a norma em questão apenas para os fatos já concretizados.
- (B) modular os efeitos da decisão, postergando a eficácia da decisão.
- (C) expedir ato regulando as situações já constituídas.
- (D) Nenhuma alternativa está correta.

12 - Com fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana, está correto afirmar que:

I – a pesquisa com células-tronco tem como objeto o princípio da dignidade da pessoa humana, pois objetiva o enfrentamento e a cura de patologias e traumatismos graves.

II - só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas a afirmativa II está correta.
- (C) Nenhuma das afirmativas está correta.
- (D) Ambas as afirmativas estão corretas.

13 - O concurso público é pressuposto constitucional de acesso aos cargos públicos, presente no art. 37 da Carta Republicana de 1988. Sendo assim, realizado o concurso público para o ingresso em carreira do funcionalismo estadual, fica a Administração Pública vinculada à nomeação dos candidatos aprovados até o limite das vagas previstas no edital que regula o certame. VER JURISPRUDÊNCIA DO STF.

I - Mesmo assim, poderá a Administração Pública escolher o momento no qual se realizará a nomeação.

II - Surge, então, um dever de nomeação para a Administração e um direito à nomeação titularizado por todos os candidatos aprovados.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas a afirmativa II está correta.
- (C) Nenhuma das afirmativas está correta.
- (D) Ambas as afirmativas estão corretas.

14 - A Constituição brasileira não pode ser emendada

- (A) a partir da implantação do estado de emergência e durante a intervenção da União nos Estados.
- (B) na vigência do estado de sítio e na implantação do estado de emergência.
- (C) na vigência de estado de defesa, de estado de sítio e de intervenção federal.
- (D) quando em estado de sítio e durante a intervenção da União nos Municípios.

15 – Uma cidadã brasileira, confrontada com situação que evidencia a má aplicação e má gestão de recursos públicos na construção de obras destinadas à realização de grande evento no município, pode:

- (A) ingressar com ação civil pública, em nome da comunidade, que é o meio apto a sanar a lesividade ao patrimônio público.
- (B) propor ação popular, por meio de profissional com capacidade postulatória, objetivando o ressarcimento dos cofres públicos.
- (C) impetrar ação popular, desde que com o apoio do Ministério Público, com o objetivo amparar direito líquido e certo seu e de todos os cidadãos aos princípios da legalidade e moralidade.
- (D) ingressar com ação popular, mecanismo adequado para a proteção do patrimônio público, para o que não se exige a presença de advogado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16 - Com base na Organização da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Acre (Lei Complementar estadual nº 191/2008), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) As minutas de projetos de lei, dentre outros atos, serão previamente examinadas pela Procuradoria-Geral do Acre.
- (B) Na execução de serviços, obras e outras atividades de sua competência, a Administração recorrerá, sempre que possível, à execução indireta.
- (C) A descentralização da Administração contemplará a transferência de atividades da administração direta para a administração indireta.
- (D) A Governadoria, as Secretarias e as Autarquias compõem a Administração Direta.

17 - Convocado(a) a participar de uma reunião no Palácio Rio Branco, para discutir o Sistema de Gerenciamento de Convênios – SIGECON, na forma do Decreto estadual nº 3.024, de 16 de dezembro de 2011, marque a afirmativa mais compatível com o seu entendimento, por ser **CORRETA**.

- (A) “Excelência, as pessoas jurídicas de direito privado não podem ser cadastradas no SIGECON”.
- (B) “Excelência, com vista a selecionar projetos que tornem eficaz a execução do projeto, devemos realizar um chamamento público”.
- (C) “Excelência, a contrapartida será calculada sobre o valor nominal do objeto e poderá ser atendida por meio de recursos financeiros, mas não de bens ou serviços”.
- (D) “Excelência, os convênios e os termos de cooperação constituem exceção à aplicação do princípio da publicidade como elemento determinante da eficácia”.

18 - Na mesma reunião, a pauta passou para o exame, ainda sob a ótica do Decreto estadual nº 3.024, de 16 de dezembro de 2011, dos termos de cooperação, convênios e consórcios, assinale a afirmação que poderia ser chancelada, por ser **CORRETA**.

- (A) “Não há vedação à celebração de convênio com um consórcio público, contudo, a transferência de recursos do Estado não é possível em caso de irregularidade por parte de algum dos entes consorciados, na forma do Decreto estadual. nº 3.024/2011”.
- (B) “Os consórcios, sob o regime de direito público, são uma forma eficaz de reunir esforços de distintos entes federativos para a compra de bens em parcelas sucessivas, é o caso do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba - CONDIAC”.
- (C) “Por se tratar de transferência de crédito de órgão da Administração Pública estadual para outro órgão da mesma esfera federativa, a posição é no sentido de que o convênio é o negócio jurídico administrativo mais adequado aos termos do Decreto estadual nº 3.024/2011”.
- (D) “Atuando conjuntamente o Estado e dois Municípios, entes públicos de distinta esfera federativa, a posição é no sentido de que o termo de cooperação seria a alternativa mais adequada às regras determinadas pelo Decreto estadual nº 3.024/2011”.

19 - Com relação às Organizações Sociais e às Organizações – OS da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Nas OSCIPs, é vedada a remuneração para os dirigentes que exerçam funções de gestão executiva, mas é admitida a contrapartida por serviços prestados.
- (B) Pode ser efetivada permissão de uso de bens públicos em favor das OS, com dispensa de licitação, mediante cláusula expressa no Contrato de Gestão.
- (C) As OS devem ter um Conselho de Administração, no qual 20 a 40% de seus membros sejam representantes do Poder Público, na forma do estatuto.
- (D) As OS e as OSCIPs não estão dispensadas da prestação de contas e do controle externo.

20 - X é um pescador e percorreu os Estados do Amazonas e do Acre, ambos banhados pelo Rio Tarauacá, seguindo a trilha de suas águas. Um dia, em Rio Branco, questionou o colega sobre aspectos referentes ao lindo rio que banha os dois Estados. De acordo com as informações acima e a classificação dos bens públicos, é **CORRETO** afirmar que

- (A) é um bem de uso comum do povo, sem dono porque as águas não são passíveis de apropriação.
- (B) é um bem de uso comum do povo, de propriedade da União.
- (C) é um bem de uso especial do Estado do Acre, onde está a sua nascente.
- (D) é um bem de uso comum do povo, de propriedade do Estado onde predominar o seu álveo.

21 - Numa grande área situada no Município de Sena Madureira – AC, de propriedade do Estado do Acre, um conjunto de pessoas sem moradia se estabeleceu, há mais de vinte anos, de forma pacífica, dividindo a área em frações que não excedem 250 m² atribuídas aos ocupantes que não tivessem nenhum outro imóvel. Preocupado com a insegurança jurídica, o Presidente da Associação de Moradores, que hoje também forma uma próspera Cooperativa de Extrativismo Sustentável, foi procurar uma solução na PGE-AC. Qual dentre as soluções abaixo é a **CORRETA**?

- (A) É viável, em princípio, a concessão de uso especial para fins de moradia.
- (B) É inviável a regularização, uma vez que os bens públicos são *res extra patrimonium nostrum*.
- (C) É viável, em princípio, a usucapião extraordinária, uma vez que estão presentes o tempo, o ânimo e a posse.
- (D) É inviável a regularização da atribuição de poderes sobre quaisquer áreas públicas sem licitação, pois ofenderia a Lei nº 8.666/1993.

22 - A Terra Indígena do Rio Gregório é uma área habitada pelos índios Katukina, em Tarauacá - AC. As terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas, genericamente, indicam a seguinte alternativa como opção **CORRETA**:

- (A) são bens públicos afetados ao domínio privado e imprescritíveis.
- (B) são bens tombados e compõem o patrimônio histórico dos Estados onde estiverem localizadas.
- (C) são bens públicos sobre os quais recai usufruto legal em favor das comunidades.
- (D) são bens dominicais sujeitos a uso especial e inalienabilidade.

23 - Analisando a intervenção do Estado na propriedade privada, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) a requisição administrativa, diante de perigo público, assegura indenização ulterior, caso seja constatada a existência de dano.
- (B) a ocupação temporária não comporta indenização, desde que efetivada de forma regular.
- (C) a servidão administrativa impõe indenização, quando importar em limitação expressiva ao conteúdo da propriedade.
- (D) a desapropriação por interesse social não impõe que o bem expropriado seja retido no patrimônio do Poder Público.

24 - Um imóvel, nas proximidades da Casa Blanca, em Xapuri – AC, onde teria morado um importante cronista esportivo nascido na cidade, foi tombado como patrimônio cultural, histórico e arquitetônico. Sobre o tombamento, é **CORRETO** afirmar que o ato

- (A) não retira a propriedade do titular e não tem a indenização como requisito de validade.
- (B) não retira a propriedade do titular, mas só tem eficácia se previamente indenizado.
- (C) retira a propriedade do titular, mas está sujeito à prévia indenização.
- (D) retira a propriedade do titular e não está sujeito à indenização.

25 - Na construção de um trecho da Rodovia Interoceânica foi utilizada área pertencente a particular. Uma vez que não teria sido efetivado o procedimento desapropriatório, a hipótese seria de desapropriação indireta, na qual o prazo prescricional é de:

- (A) 3 anos.
- (B) 5 anos.
- (C) 10 anos.
- (D) 15 anos.

26 - Z é estrangeiro e separado de A, brasileira, com quem teve duas filhas brasileiras (Z.A. e A.Z.); muito perturbado com a separação, pegou as meninas num dia determinado para visitação, alegando que iria levá-las   decisão do campeonato estadual de futebol, no ano de 2011, para torcer pelo Plácido de Castro F.C. Fardou-as com o uniforme tricolor e saiu com as meninas. Contudo, aproveitando-se da situa o, Z cruzou a aduana e, da Bolívia, levou as meninas para o seu país de origem, no qual as leis são altamente desfavoráveis às mulheres, gerando uma longa disputa, ainda não solucionada. Em razão disso, a mãe ficou impossibilitada de reaver a guarda das filhas e até mesmo de exercer o direito de visita o ao longo de tal período. Na esfera do direito administrativo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O funcionamento anormal do serviço (*faute du service*) gera a responsabilidade do Poder Público no caso de fiscaliza o da saída de menores na fronteira.
- (B) A higidez do curso causal hipotético imp o o exame dos parâmetros objetivos do serviço de fiscaliza o de fronteira.
- (C) Há responsabilidade solidária entre o Município, o Estado e a União porque houve ofensa   dignidade humana.
- (D) O caso fortuito não   aplicável   hipótese em questão, uma vez que não seria válida a argumenta o de que o estrangeiro possa ter evitado o controle aduaneiro.

27 - Dentre os princípios informadores do processo administrativo,   **INCORRETO** incluir o princípio da

- (A) revisibilidade.
- (B) reversibilidade.
- (C) verdade material.
- (D) oficialidade.

28 - Com rela o ao processo administrativo disciplinar, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) Não há impedimento   aplica o de san o disciplinar administrativa antes do trânsito em julgado da a o penal.
- (B) A falta de defesa técnica, por advogado, no processo administrativo disciplinar ofende a Constitui o.
- (C) Por ser procedimento de averigua o administrativa, não está sujeito ao contraditório, mas segue o formalismo moderado.
- (D) Sendo aplicável o formalismo moderado, a notifica o de instaura o não precisa conter todos os tipos de infra o em tese cometidas.

- 29** - Visando à elaboração de uma estátua representativa dos geoglifos do Acre, foi elaborado um concurso para a seleção da melhor obra de arte. Sobre a forma de seleção e contratação, é **CORRETO** afirmar que
- (A) a modalidade mais adequada no caso é o pregão, uma vez que a agilidade e o caráter impessoal da contratação impõem a modalidade.
 - (B) não há como efetivar concurso público para a prestação de trabalho temporário, devendo ser contratado algum artista em caráter precário.
 - (C) a modalidade de licitação escolhida é adequada em razão do caráter personalíssimo do serviço.
 - (D) a modalidade do leilão é a que melhor se afeiçoa com a compra de obras de arte.

30 = Dentre as alternativas abaixo, marque aquela que **não corresponde** a um tipo de licitação:

- (A) registro de preço.
- (B) melhor preço.
- (C) melhor técnica.
- (D) maior lance.

31 - A empresa Aquiri Rio Verde BR Construções S/A. foi contratada para uma empreitada na cidade de Brasiléia em 10 de janeiro de 2012, contudo, a cheia do Rio Acre isolou a cidade e causou vários transtornos de conhecimento público, dentre os quais se alega o atraso superior a 120 dias na execução do objeto.

Com base no enunciado, analise as assertivas abaixo.

- I – Na hipótese de atraso decorrente de calamidade pública, uma vez comprovada a justa causa para o atraso, não há fato imputável à empresa.
- II – Demonstrada a força maior, pode a Administração rescindir o contrato por fato impeditivo de seu cumprimento.
- III – A Administração pode suspender as obrigações assumidas até a normalização da situação, prerrogativa que não é facultada à empresa.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- (A) I e II são verdadeiras.
- (B) II e III são verdadeiras.
- (C) III e IV são verdadeiras.
- (D) I, II e III são verdadeiras.

32 - O policial federal X pediu remoção para acompanhar sua cômuge, professora estadual, removida a pedido para o Município de Sena Madureira, onde nasceram e tem uma casa na Av. Avelino Chaves. Com base nas regras gerais sobre os servidores públicos, é **INCORRETO** afirmar que a remoção de X:

- (A) está condicionada à autorização da autoridade competente.
- (B) não pode ser vedada por juízo sobre a relevância do cargo ou questão de gênero.
- (C) não pode ser obstada pela autoridade competente, pois a remoção prévia de cômuge é determinante.
- (D) é ato administrativo sujeito a motivo e motivação, passível de revisão judicial.

33 - Sobre o controle da Administração, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) As multas atribuídas pelo TCE, em razão de irregularidade na prestação de contas de um secretário de Estado, podem ser cobradas pela PGE.
- (B) As indenizações derivadas de ato de improbidade praticado por um prefeito, com a conseqüente condenação pelo TCE, podem ser cobradas pela PGE.
- (C) As decisões do TCE não geram título hábil para o processo executivo.
- (D) As multas atribuídas pelo TCE, em razão de irregularidade na prestação de contas de um prefeito, podem ser objeto de revisão judicial.

34 - De acordo com a Lei Complementar est. nº 39, de 29 de dezembro de 1993, Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Acre, das Autarquias e das Fundações Públicas, instituídas e mantidas pelo Poder Público, é **INCORRETO** afirmar que a vacância decorrerá de:

- (A) posse em outro cargo inacumulável.
- (B) descenso.
- (C) ascensão.
- (D) recondução.

35 - Ainda nos termos da Lei Complementar est. nº 39, de 29 de dezembro de 1993, Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Acre, das Autarquias e das Fundações Públicas, instituídas e mantidas pelo Poder Público, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) o servidor atleta tem direito à remoção para participar de competição desportiva oficial, ficando temporariamente lotado na cidade sede da instituição desportiva.
- (B) o servidor público efetivo tem direito a auxílio-funeral em caso de morte do companheiro ou companheira, ainda que não comprove dependência econômica.
- (C) após 25 anos de efetivo exercício, o servidor público estadual terá direito à gratificação de sexta-parte.
- (D) em caso de adoção de criança de até sete anos de idade, o servidor público do Acre tem direito à licença-adoção equivalente a 120 dias.

DIREITO CIVIL

36 – Não são pessoas jurídicas de direito privado:

- (A) as associações.
- (B) os partidos políticos.
- (C) as sociedades de economia mista.
- (D) as autarquias.

37 - Consideram-se bens móveis:

- (A) o que for artificialmente incorporado ao solo.
- (B) as ações que versarem sobre bens imóveis.
- (C) os materiais destinados a uma construção enquanto não forem utilizados.
- (D) os materiais provisoriamente separados de um prédio para nele se reempregarem.

38 - Quanto à condição, é correto dizer que:

- (A) é causa de invalidade a condição jurídica ou fisicamente impossível, se for suspensiva.
- (B) é causa de ineficácia a condição incompreensível, se for suspensiva.
- (C) é causa de inexistência a condição jurídica ou fisicamente impossível, se for resolutive.
- (D) é causa de ineficácia a condição incompreensível, se for resolutive.

39 - O dolo:

- (A) só pode gerar a anulabilidade do negócio, mesmo que seja acidental.
- (B) pode gerar a indenização por perdas e danos caso seja acidental.
- (C) não comporta a modalidade bilateral.
- (D) deve ser sempre próprio não comportando o dolo de terceiro.

40 - É causa interruptiva da prescrição:

- (A) a pendência de condição suspensiva.
- (B) o fato de a dívida ainda não estar vencida.
- (C) o protesto cambial.
- (D) pendência de ação de evicção.

41 - Na obrigação de dar coisa certa, se a coisa se perder sem culpa do devedor:

- (A) antes da tradição resolve-se a obrigação.
- (B) o credor pode resolver a obrigação ou pedir indenização pelo prejuízo.
- (C) após a tradição o credor pode pedir indenização.
- (D) é dele a opção entre resolver ou pagar a indenização.

42 - Quanto aos vícios redibitórios é correto afirmar que só dão direito:

- (A) à ação redibitória ou à estimatória, se houver conhecimento do vício pelo alienante.
- (B) à pretensão indenizatória por perdas e danos, se houver conhecimento do vício pelo alienante.
- (C) à opção pela ação estimatória, se forem vícios de fácil percepção.
- (D) à ação redibitória, se forem vícios de fácil percepção.

43 - É caso de responsabilidade subjetiva:

- (A) a dos pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- (B) a do tutor pelo pupilo que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- (C) a dos que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
- (D) a do incapaz se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

44 - Não é direito real de garantia:

- (A) o penhor.
- (B) a anticrese.
- (C) o usufruto.
- (D) a hipoteca.

45 - O possuidor de boa-fé:

- (A) é aquele cuja posse não é precária.
- (B) tem direito à indenização das benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias.
- (C) não responde pela perda ou deterioração da coisa a que não der causa.
- (D) tem direito de retenção quanto às benfeitorias, mas não tem direito aos frutos percebidos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

46 – Considerando as assertivas I, II e III, assinale a alternativa CORRETA .

- I. O foro da situação da coisa (*forum rei sitae*) é absolutamente competente para ações fundadas em direito real sobre imóveis e, nesses casos, a competência é, sempre, definida pelo critério funcional, não podendo, o autor, por isso, optar pelo foro de seu domicílio.
 - II. Sendo o direito de personalidade um direito classificado como absoluto, a competência para ações dessa natureza é absoluta.
 - III. A conexão é critério de prorrogação de competência, podendo ser própria ou imprópria, ambas podendo dar lugar à reunião de processos e à prorrogação da competência do juiz, desde que nenhum dos processos tenha sido julgado.
- (A) Todas as assertivas são falsas.
(B) Todas as assertivas são verdadeiras.
(C) Apenas a assertiva III é verdadeira.
(D) Apenas a assertiva II é verdadeira.

47 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Os processos de conhecimento e execução são, ambos, de natureza satisfativa, no que se diferenciam do processo cautelar, cuja natureza é assecuratória.
- (B) O direito brasileiro não admite a definição do procedimento *secundum eventum defensionis*.
- (C) Pretendendo obtenção de pagamento de prestação pecuniária, o direito brasileiro oferece ao credor opções de processo e procedimento conforme o grau de evidência do seu direito. Em ordem crescente de evidência, é correto, então, mencionar a ação ordinária de cobrança, a ação monitória e a ação de execução de título extrajudicial.
- (D) O procedimento sumário de rito comum admite denunciação da lide, desde que o fundamento de direito material seja um contrato de seguro.

48 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A cognição judicial pode ser vertical (corte horizontal) ou horizontalmente (corte vertical) sumarizada, sendo exemplo: da primeira, o processo cautelar; da segunda, as ações possessórias.
- (B) Procedimentos comum sumário e cognição sumária não se confundem, tendo, o primeiro, cognição plena e exauriente.
- (C) Não pode haver demanda de cognição plena e, ao mesmo tempo, sumária.
- (D) A cognição verticalmente sumária impede a formação da coisa julgada material.

49 - Considere as assertivas I, II e III.

- I. Em caso de ser declarada a incompetência absoluta, os atos decisórios são nulos, mas os atos instrutórios podem ser aproveitados.
- II. A declaração de nulidade de um ato processual não importa a automática nulificação dos atos subsequentes, devendo haver efetiva subordinação e incompatibilidade para que a nulidade gere efeito expansivo, de modo a que a nulidade de um ato gere a nulidade do subsequente.
- III. A máxima *pas de nullitè sans grief* significa que a decretação de nulidade dos atos processuais exige a efetiva existência de prejuízo, o que pode ser traduzido por violação real ao direito ao processo justo.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
(B) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
(C) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
(D) Todas as assertivas são corretas.

50 - Assinale a alternativa **correta**.

- (A) A justa causa como fundamento para a perda de prazo processual há de ser alegada e provada pela parte interessada e será, caso reconhecida, fundamento para se considerar suspenso o prazo, o qual será devolvido à parte pelo tempo que faltava para sua prática no momento da ocorrência do fato que a constitui.
- (B) O Superior Tribunal de Justiça manifestou entendimento de que a informação equivocada mantida pelos Tribunais, em seus sítios na *internet*, configura justa causa para o fim da contagem de prazo.
- (C) A morte da parte é causa de suspensão do processo e de todos os prazos processuais.
- (D) O obstáculo criado pela outra parte é considerado causa de interrupção de prazo.

51 - Quanto ao procedimento de exibição de documento ou coisa, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Em se tratando de processo em curso, pode-se requerer a exibição de documento ou coisa à parte adversa, por incidente nos autos, ou contra terceiro, por meio da chamada *actio ad exhibendum*.
- (B) Não é possível a utilização de multa como técnica de coerção.
- (C) Ao decidir o pedido, o juiz admitirá, como verdadeiros, os fatos que, por meio do documento ou coisa, a parte requerente pretendia provar, se, dentre outras hipóteses, a recusa na exibição for havida por ilegítima.
- (D) O juiz não pode determinar a busca e apreensão, pois as consequências da não exibição, determinada pelo juízo, são tipicamente previstas.

52 - Em um processo foi decidida uma questão principal, julgada no mérito com trânsito em julgado. Sendo assim, considere as assertivas I, II e III.

- I. Havendo nova ação em que a mesma questão seja posta como *principalliter*, entre as mesmas partes, para o mesmo pedido, estar-se-á no campo do efeito negativo da coisa julgada material, que impedirá, tendo em vista a presença de pressuposto processual negativo, o desenvolvimento do processo.
- II. Se a referida questão for posta, entre as mesmas partes, como questão prejudicial, em um segundo processo, estar-se-á no campo do efeito positivo da coisa julgada material, pois o juiz do segundo processo estará, quanto à questão prejudicial, vinculado ao que decidiu o juiz do primeiro processo, em que a mesma figurava como questão principal.
- III. A ação rescisória só pode ser veiculada caso violado o efeito negativo da coisa julgada material.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as assertivas estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

53 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A *querela nullitatis insanabilis* é a ação que visa a desconstituir processo por ausência de citação ou por ausência de citação válida de litisconsorte necessário.
- (B) É exigida a indicação expressa da hipótese de cabimento da ação rescisória na inicial, mas a simples indicação equivocada da mesma não pode ser considerada fundamento para improcedência do pedido rescisório.
- (C) A sentença homologatória (da transação, do reconhecimento da procedência do pedido do autor, ou da renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação) está sujeita à ação anulatória fundada nos vícios materiais dos atos jurídicos praticados pelas partes.
- (D) A competência para ação rescisória difere da *querela nullitatis* e da ação anulatória, pois, para as duas últimas, a competência é do juízo de primeiro grau.

54 - Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Os embargos à execução fundada no Livro II do CPC não têm o condão de suspender, automaticamente, a execução, sendo, para tanto, necessária a demonstração de certos pressupostos, diferentemente do que ocorre na execução fiscal.
- (B) A execução de título executivo extrajudicial, assim como o cumprimento de sentença, conta com previsão de sanção punitiva para o caso de não proceder, o devedor, ao pagamento no prazo inicial estabelecido.
- (C) Os títulos executivos extrajudiciais produzidos no exterior valem, no Brasil, caso obedeçam aos requisitos formais previstos na lei brasileira, independentemente de homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) A certidão de dívida ativa (CDA) é o título executivo que instrumentaliza crédito pecuniário da Fazenda Pública, o qual deve ter natureza tributária.

55 - No que pertine ao elemento subjetivo da demanda, pode-se classificar a eficácia em direta, reflexa ou anexa. Diante disso, considere as assertivas I, II e III.

- I. A eficácia anexa é aquela que advém de pedido cumulado e dependente do pedido principal.
- II. A eficácia reflexa atinge o sujeito juridicamente desinteressado e é também chamada de eficácia natural.
- III. O terceiro juridicamente interessado legitima-se a recorrer porque é atingido diretamente pela sentença.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as assertivas são verdadeiras.
- (B) Todas as assertivas são falsas.
- (C) Apenas as assertivas I e III são falsas.
- (D) Apenas a assertiva II é falsa.

56 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal, desde que se trate de matéria conhecível *ex officio*, mesmo que demande dilação probatória.
- (B) A Fazenda Pública pode, na execução fiscal, substituir a Certidão de Dívida Ativa – CDA – para corrigir erros materiais do instrumento até a prolação da sentença de embargos, não podendo fazê-lo para corrigir erros relativos ao próprio lançamento tributário.
- (C) Não é possível, à Fazenda Pública, substituir, na execução fiscal, a Certidão de Dívida Ativa (CDA) para modificar o sujeito passivo da execução.
- (D) São cabíveis execução por título extrajudicial e ação monitória contra a Fazenda Pública.

57 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A competência para julgamento de mandado de segurança contra ato de juizado especial é da turma recursal.
- (B) O mandado de segurança é instrumento cabível para declaração de direito à compensação tributária, mas não para convalidação de compensação da mesma natureza realizada unilateralmente pelo contribuinte.
- (C) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo gera a suspensão do prazo para impetração do mandado de segurança.
- (D) A concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito.

58 - Considere as assertivas I, II e III.

- I. É impenhorável o único imóvel residencial do devedor, desde que nele resida ou que esteja locado a terceiro, revertendo tal verba para subsistência ou moradia da família do devedor.
- II. A jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça considera que os créditos das autarquias federais preferem aos das Fazendas Públicas estaduais se coexistirem penhoras sobre o mesmo bem.
- III. A existência de pluralidade de penhoras se resolve, em primeiro lugar, pela existência de crédito privilegiado em decorrência da previsão legal, em segundo lugar, pela anterioridade da penhora.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as assertivas são verdadeiras.
- (B) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- (C) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- (D) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.

59 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A curadoria à lide, nas execuções fiscais promovidas pelos Estados e Municípios é atribuição das Defensorias Públicas dos Estados, desde que a Instituição esteja instalada na comarca, sendo indevida, nestes casos, a nomeação de advogado particular para o exercício do múnus.
- (B) A Defensoria Pública, o Ministério Público e a Procuradoria do Estado têm prerrogativa de intimação pessoal relativamente a todos os atos processuais.
- (C) A Fazenda Pública e o Ministério Público têm prazos em dobro para recorrer, assim como a Defensoria Pública.
- (D) O prazo em quádruplo para contestar, deferido à Fazenda Pública e, também, ao Ministério Público, deve ser compreendido como prazo para responder à demanda, incluindo prazo quadruplicado para responder a exceções, propor ação declaratória incidental e reconvir, dentre outros, mas não se aplica tal prazo diferenciado para que a Fazenda Pública embargue ação de execução contra ela movida.

60 - Acerca das diferentes espécies de intervenção de terceiros, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A nomeação à autoria visa a corrigir o polo passivo da demanda, sendo dever do réu nomear a autoria nos casos em que, na relação jurídica material, figure como mero detentor da coisa litigiosa ou quando o ato lesivo discutido tenha sido praticado por ordem ou instrução de terceiro, nesse último caso excluídas as hipóteses de relação de emprego ou comissão.
- (B) A denunciação da lide inaugura relação jurídica processual paralela e dependente em caso de direito de regresso, sendo discutida, em jurisprudência, sua obrigatoriedade nos casos de direitos resultantes da evicção.
- (C) A oposição é ação contraposta em que o oponente pretende, no todo ou em parte, o direito sobre o qual controvertem autor e réu, sendo seu exercício obrigatório, sob pena de perda do direito.
- (D) O chamamento ao processo amplia o polo passivo da demanda e tem por fundamento obrigações solidárias ou, simplesmente comuns entre os obrigados, mesmo que não haja solidariedade.

61 - A tutela antecipada, a tutela cautelar e a tutela inibitória são instrumentos e técnicas processuais que não se confundem. Sendo assim, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A tutela cautelar é tutela contra o risco de dano iminente, e a tutela inibitória é tutela que prescinde da ocorrência e, mesmo, da probabilidade do dano, podendo ser movimentada contra a mera probabilidade do ilícito.
- (B) A tutela cautelar pode ser determinada de ofício, tendo em vista o poder geral de cautela do juiz.
- (C) A ação inibitória é ação de conhecimento, satisfativa e de cognição plenária e exauriente, que se serve da técnica da tutela antecipatória.
- (D) O Código de Processo Civil não reconhece a fungibilidade entre a tutela antecipatória e a tutela cautelar.

62 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Os recursos especial e extraordinário não se prestam a propiciar a reavaliação do conteúdo probatório dos autos, mas são cabíveis para controlar a correta aplicação das normas de direito probatório.
- (B) O recurso ordinário constitucional é cabível, ao STF ou ao STJ, conforme o órgão jurisdicional prolator da decisão recorrida, em caso de decisão denegatória de mandado de segurança, assim compreendidas também as decisões que extinguem o *mandamus* sem julgamento do mérito.
- (C) Os embargos declaratórios para o fim de prequestionamento são exigidos, no caso de haver omissão da decisão recorrida sobre a matéria a ser enfrentada nos recursos especial e extraordinário, mas há entendimento jurisprudencial de que seu desacolhimento, por ausência de omissão, não afasta o preenchimento do requisito do prequestionamento.
- (D) As matérias de ordem pública são conhecíveis pelo STJ e pelo STF, por força do efeito translativo inerente aos recursos especial e extraordinário.

63 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A jurisprudência do STF, como também do STJ, admite apenas o uso de medida cautelar como instrumento para destrancamento de recurso extraordinário ou especial retido na origem, quando a forma retida puder causar a perda da utilidade do recurso, como nos casos de indeferimento de antecipação de tutela.
- (B) Há precedente do Superior Tribunal de Justiça admitindo o uso do mandado de segurança contra decisão do relator que converte o agravo de instrumento em agravo retido.
- (C) Não há preclusão relativamente ao juízo de admissibilidade dos recursos.
- (D) A decisão que resolve acerca da existência, ou não, de repercussão geral, é irrecorrível, ressalvado o cabimento de embargos de declaração.

64 - Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O limite temporal – termo final – para remição na execução, incluída a execução fiscal – é a perfectibilização da adjudicação ou alienação dos bens penhorados.
- (B) Na execução fiscal, a oposição de embargos depende de prévia garantia do juízo.
- (C) A fraude à execução exige, dentre outros requisitos, litispendência ao tempo da alienação ou oneração fraudulenta para caracterizar-se, mas, presentes seus pressupostos, pode ser requerida nos próprios autos da execução, e, assim, reconhecida incidentalmente tal causa de nulidade do negócio jurídico.
- (D) Na execução fiscal, a descon sideração da personalidade jurídica se resolve nos próprios autos, mediante requerimento fundamentado do exequente, que, caso deferido, amplia o polo passivo da demanda executiva.

65 - Considere as assertivas I, II e III.

- I. A citação por hora certa não exige determinação de sua realização ao Oficial de Justiça, que pode realizá-la de ofício, desde que presentes seus pressupostos e, embora não esteja prevista nas modalidades citatórias da Lei nº 6.830/80, é admissível, segundo o Superior Tribunal de Justiça, no processo de execução fiscal.
- II. Na execução fiscal, o prazo para embargar conta da efetiva intimação do executado acerca da penhora realizada e, não, da juntada aos autos do mandado cumprido.
- III. A citação editalícia pode ser essencial ou acidental. É acidental, quando necessária em virtude da não localização no réu e só se legitima, se esgotados os meios de localização do réu, havendo entendimento sumulado de que, na execução fiscal, é possível, desde que resultem ineficazes a citação por carta e por oficial de justiça.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as alternativas estão corretas.
- (B) Apenas a alternativa III está correta.
- (C) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as alternativas I e III estão corretas.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

66 - Tratando-se de princípios do Direito do Trabalho, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da proteção não pode ser levado em conta quando a relação de emprego envolve um Ente Público, devendo haver observância dos princípios do Direito Administrativo.
- (B) O princípio da inalterabilidade contratual lesiva significa a impossibilidade de modificação objetiva e lesiva do contrato, ainda que possa haver alteração subjetiva em relação ao empregador.
- (C) O princípio da condição mais benéfica – mesmo como desdobramento do princípio da proteção, na linguagem de Américo Plá Rodriguez – afirma a prevalência de norma mais favorável, quando existente mais de uma norma para aplicação ao caso concreto.
- (D) O princípio da intangibilidade salarial significa a impossibilidade de realização de qualquer desconto dos salários do trabalhador, salvo aqueles previstos em lei.

67 - Em relação aos contratos de trabalho, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Teoria das Nulidades do Direito Civil tem exatamente a mesma dimensão no Direito do Trabalho, ou seja, o ato nulo, por exemplo, não produz qualquer efeito.
- (B) O Direito do Trabalho Pátrio admite como hipóteses de Contrato por Tempo Determinado apenas aqueles previstos no artigo 443, parágrafos 1º e 2º, da CLT.
- (C) O contrato temporário de trabalho possibilita a contratação de empregados diretamente pelo empregador, mesmo fora das hipóteses do artigo 443, parágrafo 2º, da CLT, desde que tal esteja previsto em acordo ou convenção coletiva, representando acréscimo do número de empregados.
- (D) O Contrato por Tempo Determinado pode ser prorrogado duas vezes, desde que tal se faça de forma bilateral e sem ultrapassar o prazo máximo previsto em lei.

68 - Sobre remuneração e salário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Representam formas de proteção contra os credores do empregador a impossibilidade de cessão/sub-rogação dos salários (artigo 464 da CLT) e a limitação para a realização de compensação pelo empregador (artigo 477, parágrafo 5º, da CLT).
- (B) Tanto as gratificações quanto a ajuda de custo, independentemente da habitualidade, têm natureza salarial.
- (C) A equiparação salarial resta configurada quando houver prestação de trabalho ao mesmo empregador, na mesma localidade, além da mesma função, restando desnecessária a indicação de um paradigma.
- (D) Quando houver atraso no pagamento dos salários, o empregador deverá pagar multa corresponde a 1/30 avos por dia de atraso em favor do trabalhador, conforme disposto na CLT.

69 - Em relação à duração da jornada de trabalho, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a jornada de trabalho não poderá ser superior a 7h20min (sete horas e vinte minutos), totalizando carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.
- (B) Não há qualquer óbice à implementação de regime de compensação de jornada nas atividades insalubres.
- (C) Podem ser desprezados da contagem das horas extras os períodos de até dez minutos (tempo residual) em cada registro da jornada de trabalho, conforme disposto na CLT.
- (D) É válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas.

70 - Em relação à extinção do contrato de emprego e às garantias de emprego, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não há direito ao pagamento de aviso prévio na rescisão indireta, conforme regramento da CLT.
- (B) Toda despedida por justa causa deve ser precedida de inquérito para apuração de falta grave, a fim de assegurar ao trabalhador seu direito de defesa.
- (C) Todos os membros da CIPA têm direito à garantia de emprego, conforme disposto na CLT e entendimento consubstanciado na Súmula 339 do TST.
- (D) A empregada gestante, ainda que admitida mediante contrato por tempo determinado, tem direito à garantia de emprego, nos termos da Súmula 244 do TST.

71 - Tratando-se de Direito Coletivo do Trabalho em especial do Direito Sindical e de Greve, assinale a afirmativa correta.

- (A) O sistema adotado pela Constituição Federal de 1988 (artigo 8º e incisos) combina o princípio da Liberdade Sindical e da Unicidade Sindical, definindo a natureza do sindicato como de uma associação que não pode sofrer interferência ou intervenção do Poder público.
- (B) Os empregados públicos da Administração Direta e Indireta podem ser sindicalizados, inclusive com a possibilidade de estabelecimento de negociação coletiva por meio de acordos ou convenções coletivas.
- (C) O exercício do direito de greve, quer na iniciativa privada, quer no setor público, garante aos trabalhadores paralisados o pagamento de salários, na medida em que constitui uma interrupção legítima do contrato de trabalho.
- (D) O dirigente sindical goza de garantia de emprego, ainda que o registro de sua candidatura ocorra no período do aviso prévio, conforme entendimento consubstanciado na Súmula 369 do TST, a fim de ficar assegurado o amplo exercício da atividade sindical e porque o período do aviso prévio integra o contrato de trabalho para todos os efeitos.

72 - Em relação aos Princípios do Direito Processual do Trabalho e à Jurisdição e Competência, assinale a afirmativa correta.

- (A) Prevalece o entendimento na doutrina no sentido da impossibilidade de incidência do princípio da proteção, na medida em que este apenas se justifica na relação de Direito Material, tanto que em sede de processo a ausência do reclamante e do reclamado em qualquer audiência tem exatamente as mesmas conseqüências.
- (B) A Justiça do Trabalho tem competência para julgar ações que envolvem as relações de emprego e também as relações de trabalho que envolvem contratos emergenciais com os entes de Direito Público.
- (C) Prevalece na jurisprudência o entendimento de que a Justiça do Trabalho é competente para julgar ação de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho proposta pelos sucessores do empregado falecido.
- (D) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente do trabalho propostas por empregado contra empregador, salvo aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau na promulgação da Emenda Constitucional 45/04.

73 - Em relação ao Processo do Trabalho, assinale a afirmativa correta.

- (A) A discussão relacionada com a incompetência em razão do lugar deve ser veiculada na defesa, tal qual a incompetência em razão da matéria, como preliminar na contestação.
- (B) Admitem-se como defesa indireta (preliminares) todas as matérias voltadas para o processo, inclusive a prescrição e a compensação.
- (C) A União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação. É essencial, entretanto, que o signatário ao menos se declare exercente do cargo de procurador, não bastando a indicação do número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) O comparecimento das partes é dispensável na audiência trabalhista, desde que haja advogado regularmente constituído pela parte para representá-lo no ato.

74 - Quanto aos recursos no Processo do Trabalho. Assinale a assertiva correta.

- (A) Não cabe recurso da sentença de liquidação de sentença no processo do trabalho.
- (B) O recurso ordinário tem cabimento contra decisões definitivas ou terminativas das varas e juízos e também das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, quer em dissídios individuais ou coletivos, bem como em relação às sentenças homologatórias de acordos, no prazo de oito dias.
- (C) O agravo de instrumento, no processo do trabalho, utilizado apenas para destrancar recursos, não demanda preparo.
- (D) O agravo de petição tem cabimento em face de decisões proferidas na execução, em especial as decisões interlocutórias.

75 - Quanto à execução no Processo do Trabalho, assinale a afirmativa correta.

- (A) Na liquidação de sentença, apresentados os cálculos, o juiz deve dar vista a outra parte, ou às partes quando apresentado por perito do Juízo, para manifestação (artigo 879, parágrafo 2º, da CLT), sob pena de caracterizar flagrante nulidade.
- (B) Na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica do executado (artigo 50 do CCB) com a inclusão dos sócios no polo passivo, estes podem discutir a execução na qualidade de terceiro, na medida em que não se confunde a figura dos sócios com a da pessoa jurídica.
- (C) O Presidente do TRT, em sede de precatório, não tem competência funcional para declarar a inexigibilidade do título judicial exequendo, com fundamento no art. 884, § 5º, da CLT, ante a natureza meramente administrativa do procedimento.
- (D) Na execução trabalhista, há expressa previsão na CLT da possibilidade de adjudicação e de arrematação, não sendo cabível, contudo, a remição.

DIREITO TRIBUTÁRIO

76 - Segundo o entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) o princípio constitucional da vedação ao confisco:

- (A) é endereçado exclusivamente ao legislador.
- (B) aplica-se apenas aos tributos.
- (C) admite sejam estabelecidas multas que ultrapassem cinco vezes o valor do tributo devido.
- (D) resulta violado, sempre que o resultado das múltiplas incidências tributárias estabelecidas pela mesma entidade estatal afetar substancialmente, de maneira irrazoável, o patrimônio e/ou os rendimentos de determinado contribuinte.

77 - Acerca dos princípios constitucionais tributários, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O princípio da capacidade contributiva, na atual visão do Supremo Tribunal Federal, impede o legislador estadual de estabelecer progressividade de alíquota para o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer bens ou direitos.
- (B) O princípio da anterioridade especial ou nonagesimal não tem aplicação à fixação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
- (C) A majoração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural por medida provisória só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se referida medida houver sido convertida em lei até o último dia daquele exercício em que foi editada.
- (D) Viola o princípio da isonomia tributária a lei que estabelecer distinção entre advogados e contadores, de modo a tributar de modo mais gravoso a renda auferida pelos primeiros.

78 – Analise as assertivas abaixo.

- I - O Supremo Tribunal Federal pacificou entendimento de que as empresas públicas, estando submetidas ao regime de direito privado, não fazem jus à imunidade tributária recíproca, ainda que suas atividades contemplem exclusivamente serviços públicos de competência da União, adotando interpretação que privilegia a estrutura jurídico-formal das referidas empresas.
- II- Por força de imunidade constitucionalmente prevista, os municípios não podem exigir quaisquer impostos das entidades sindicais de empregados e de empregadores.
- III- As operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária estão ao abrigo de imunidade no que concerne aos impostos federais, estaduais e municipais.
- IV- Embora o tema ainda aguarde julgamento pelo rito da repercussão geral, o entendimento que atualmente predomina no Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a imunidade recíproca alcança as entidades imunes apenas na qualidade de contribuintes de direito do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, mas não quando assumem a qualidade de contribuintes de fato.

Quais delas estão corretas?

- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

79 - Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Dentre as fontes do Direito Tributário, destaca-se o papel da lei complementar, espécie legislativa que deve regular o fato gerador, os contribuintes e a base de cálculo de todos os tributos discriminados na Constituição Federal.
- (B) Embora o Sistema Constitucional Tributário estabeleça a competência dos entes públicos para instituir impostos, é certo afirmar que os municípios podem delegar a instituição da contribuição para custeio da iluminação pública aos Estados-membros onde estiverem situados, sempre que a medida atender ao princípio da uniformidade tributária.
- (C) Compete ao Senado Federal, mediante a edição de decreto legislativo, estabelecer as alíquotas aplicáveis nas operações interestaduais sujeitas ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- (D) A lei ordinária é instrumento de imposição tributária por excelência, tanto que, ressalvadas as exceções postas na Constituição Federal, os impostos federais são instituídos por meio da referida espécie legislativa.

80 - Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa **correta**.

- I - Os impostos e as taxas podem ser instituídos por qualquer dos entes públicos que compõem a Federação, desde que haja, por parte de tais entes, a devida contraprestação em matéria de serviços públicos específicos e divisíveis.
 - II- A denominada “taxa de polícia” pode ser cobrada exclusivamente pelos estados-membros, os quais titulam competência constitucional de zelar pela segurança pública de toda a coletividade.
 - III- Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal a União, mediante lei complementar, pode instituir outras contribuições destinadas à manutenção ou expansão da seguridade social, além daquelas já previstas no art. 195, inciso I a IV, da Constituição Federal, desde que as novas contribuições sejam não cumulativas, e não tenham o mesmo fato gerador dos impostos já discriminados na Constituição Federal.
 - IV- A contribuição de melhoria está prevista na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, manifestando-se no poder impositivo de exigir o tributo dos proprietários de bens imóveis valorizados com a realização de obra pública.
- (A) Apenas a assertiva I está correta.
(B) Apenas a assertiva II está correta.
(C) Apenas a assertiva III está correta.
(D) Apenas a assertiva IV está correta.

81 – Analise as assertivas abaixo.

- I - O Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incide sobre prestações de serviço de transporte realizadas no âmbito do território do município, quando não houver legislação municipal instituindo o Imposto sobre Serviços de qualquer natureza.
- II - Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal incide o Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, presentes os requisitos legais e constitucionais, nas operações de industrialização por encomenda de embalagens destinadas à integração ou utilização direta em processo subsequente de industrialização ou de circulação de mercadoria.
- III - O Imposto sobre serviços de qualquer natureza incide sobre os serviços de qualquer natureza definidos em lei ordinária federal.
- IV - O Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incide sobre serviços de comunicação, razão pela qual, segundo o Superior Tribunal de Justiça, referido tributo alcança todas as parcelas cobradas do usuário dos serviços, inclusive aquelas referidas à troca de titularidade de aparelho celular e emissão de conta detalhada.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Apenas a assertiva I está correta.
(B) Apenas a assertiva II está correta.
(C) Apenas a assertiva III está correta.
(D) Apenas a assertiva IV está correta.

82 - Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, as empresas prestadoras de serviços de comunicações não fazem jus ao crédito do ICMS relativo à energia elétrica consumida na prestação dos serviços referidos.
- (B) De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o comerciante de boa-fé que adquire mercadoria, cuja nota fiscal (emitida pela empresa vendedora) posteriormente seja declarada inidônea, pode realizar o aproveitamento do crédito do ICMS pelo princípio da não cumulatividade, uma vez demonstrada a veracidade da compra e venda efetuada, porquanto o ato declaratório da inidoneidade somente produz efeitos a partir de sua publicação.
- (C) Segundo a Lei Complementar 87/96, gera crédito do ICMS os veículos adquiridos para o transporte pessoal dos sócios da empresa contribuinte.
- (D) De acordo com a Constituição Federal as exportações de mercadorias são imunes ao ICMS, razão pela qual os créditos do aludido imposto registrados em razão da entrada de matéria-prima utilizada em produto posteriormente exportados devem ser estornados.

83 - A empresa IC Materiais de Construção Ltda., no período de maio de 2006, recolheu ICMS na venda de tijolos pela alíquota de 12 %, por entender que seus produtos faziam jus a benefício fiscal destinado a produtos básicos de construção civil. No entanto, a Fazenda Pública Estadual, no dia 30.11.2011, lavrou auto de lançamento contra a empresa, exigindo a diferença entre a alíquota de 17% e a que efetivamente foi paga (12%). Para a Fazenda Pública os tijolos vendidos, por serem de material especial e impermeabilizado, não faziam jus ao aludido benefício fiscal de redução de alíquota. A empresa, na data de 12.1.2012, ajuizou ação anulatória sustentando a ocorrência de decadência. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A ação anulatória deve ser julgada procedente, uma vez que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo decadencial tem como termo inicial o momento do fato gerador, nos termos do art. 150, par. 4º, parte inicial, do CTN (Código Tributário Nacional).
- (B) A ação anulatória deve ser julgada improcedente, visto que tem aplicação na espécie o art. 173, inciso I, do CTN (Código Tributário Nacional), segundo o qual o prazo decadencial, na hipótese, tem início em 1.1.2007 e término no dia 31.12.2011.
- (C) A ação deve ser julgada procedente, visto que ocorreu a prescrição do crédito tributário, a teor do art. 174 do CTN (Código Tributário Nacional).
- (D) A ação deve ser julgada improcedente, visto que o prazo para lançamento do tributo é de 10 (dez) anos, a teor dos arts. 150, par. 4º, e 173, inciso I, ambos do CTN (Código Tributário Nacional).

84 – Analise as assertivas abaixo.

- I - No entendimento do Superior Tribunal de Justiça, as empresas de construção civil não estão obrigadas a pagar ICMS sobre mercadorias adquiridas como insumos em operações interestaduais.
- II - De acordo com entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça, basta o pedido de parcelamento para configurar a denúncia espontânea.
- III - Nos termos do CTN (Código Tributário Nacional), a denúncia espontânea pode ser realizada a qualquer tempo, desde que antes da inscrição em dívida ativa do crédito tributário oriundo de lançamento de ofício.
- IV - De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, declarado e não pago o débito tributário pelo contribuinte, é legítima a recusa de expedição de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Assinale a afirmativa correta.

- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- (D) Todas as assertivas estão incorretas.

85 - Analise as assertivas abaixo.

- I - O CTN (Código Tributário Nacional) determina que a norma prevendo isenção seja interpretada de modo a abranger o maior número de situações fáticas possível, afastando a interpretação literal.
- II - Considerando que a obrigação tributária principal nasce contra o sujeito passivo indicado em lei, nos termos do CTN (Código Tributário Nacional), a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão não pode ser responsabilizada pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas fusionadas.
- III - Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, os créditos das autarquias federais preferem aos créditos da Fazenda estadual, desde que coexistam penhoras sobre o mesmo bem.
- IV - Nos termos do CTN (Código Tributário Nacional) presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa, salvo se o devedor reservar bens ou rendas suficientes ao pagamento total da dívida inscrita.

Assinale a afirmativa correta.

- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

86 - Considerando a Lei Complementar Estadual 55/97, que rege o ICMS no Estado do Acre, assinale a alternativa **correta**.

- (A) As isenções do ICMS somente serão concedidas ou revogadas, nos termos da Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975, por meio de convênios celebrados e ratificados pelas unidades federadas e pelo Distrito Federal, representado pelo Secretário da Fazenda, sendo dispensados aludidos Convênios para concessão de reduções de base de cálculo.
- (B) O ICMS não incide sobre operação de qualquer natureza, dentro do território do Estado do Acre, de que decorra transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial, ou de outra espécie, ou mudança de endereço.
- (C) O ICMS incide sobre a saída de mercadoria com destino a armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, no Estado do Acre, para guarda em nome do remetente e o seu retorno ao estabelecimento do depositante.
- (D) O ICMS devido será pago nos prazos estabelecidos em lei ordinária estadual.

87 - Assinale a alternativa **incorreta**, considerando o CTN (Código Tributário Nacional).

- (A) A anistia, mesmo quando não concedida em caráter geral, depende de lei autorizadora.
- (B) O protesto judicial não interrompe a prescrição da ação de cobrança do crédito tributário.
- (C) A prescrição e a decadência extinguem o crédito tributário.
- (D) Admite-se como modalidade de extinção do crédito tributário a dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

88 - A empresa VHT Hotéis Ltda. ajuizou ação para obter a restituição dos valores de ICMS relativos à demanda contratada e não utilizada de energia elétrica, valores esses que compunham o total da fatura de energia elétrica emitida mensalmente pela concessionária encarregada de prestar serviço de energia elétrica. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A ação será julgada procedente, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça admite a legitimidade do contribuinte de fato para pleitear a restituição do indébito em se tratando o contribuinte de direito, no caso em exame, de concessionária de serviço público e, no mérito, entende que a base de cálculo do ICMS alcança apenas a energia elétrica efetivamente consumida.
- (B) A ação será extinta sem resolução do mérito, uma vez que a empresa autora é contribuinte de fato e, assim, não detém legitimidade para pleitear a restituição do indébito do ICMS no caso em exame.
- (C) A ação deve ser julgada improcedente, visto que, no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a demanda contratada de energia elétrica, ainda que não utilizada, está sujeita à incidência do ICMS.
- (D) A ação deve ser julgada improcedente, uma vez que, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça, a empresa faz jus ao crédito de ICMS de energia elétrica em função de sua atividade de prestadora de serviços de hotelaria.

89 - Assinale a alternativa correta.

- (A) A ação de consignação em pagamento tem como objetivo primordial a obtenção do pagamento parcelado do crédito tributário, visto que a sentença de procedência supre eventual ausência de lei autorizadora.
- (B) De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, controvérsia acerca de questão de direito impede a concessão de mandado de segurança na matéria tributária.
- (C) O ajuizamento de ação declaratória de inexistência de relação jurídico tributária suspende a exigibilidade do crédito tributário questionado.
- (D) Na ação de execução fiscal, o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que, conquanto seja possível a penhora ou a substituição de bens penhorados por precatórios judiciais, a Fazenda Pública pode recusar essa nomeação por quaisquer das causas previstas no art. 656 do Código de Processo Civil ou nos arts. 11 e 15 da Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/80).

90 - Assinale a alternativa correta.

- (A) Na falência, o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais.
- (B) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a transmissão da propriedade de bens imóveis sub-rogam-se nas pessoas dos respectivos adquirentes.
- (C) A dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, presunção essa que não admite prova em contrário.
- (D) De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, considerando que a apresentação de embargos do executado à execução fiscal não prescinde da garantia do juízo, não é necessário verificar a relevância da fundamentação (*fumus boni juris*) e perigo de dano irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*) para atribuir-se efeito suspensivo à referida ação de embargos.

DIREITO AMBIENTAL

91 – Tendo por base os preceitos que regem a Política Nacional sobre Mudança do Clima instituída pela Lei Federal n.º 12.187/2009, assinale a alternativa correta.

- (A) Mudança climática é toda a mudança do clima direta ou indiretamente atribuível à ação humana que altere a composição da atmosfera mundial, excluídas, portanto, as mudanças advindas da variabilidade climática natural observada ao longo de períodos compatíveis.
- (B) Entende-se por impacto os efeitos da mudança do clima produzidos sobre os sistemas naturais e, por vulnerabilidade, aqueles produzidos sobre os sistemas humanos.
- (C) Gases de efeito estufa são todos os constituintes gasosos que tenham natureza exclusivamente antrópica e que, na atmosfera, absorvam e reemitam radiação infravermelha.
- (D) Por sumidouro entende-se o processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.

92 – Com base nas diretrizes contidas na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Federal n.º 6.938/1981, sobre o licenciamento ambiental, analise as seguintes assertivas.

- I. Estão submetidas ao prévio licenciamento ambiental a construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.
- II. Consoante regramento expressamente contido na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e respeitadas eventuais peculiaridades previstas em normas especiais, o licenciamento ambiental é da competência do órgão ambiental estadual integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), atuando o Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e os respectivos órgãos municipais de modo supletivo, tudo sem o prejuízo de outras licenças exigíveis.
- III. O licenciamento ambiental dependerá de homologação do IBAMA nos casos e prazos previstos em Resolução editada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Quais são corretas?

- (A) Apenas a I e a II.
- (B) Apenas a II e a III.
- (C) Apenas a I e III.
- (D) I, II e III.

93 - Sobre a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) prevista na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, assinale a alternativa correta.

- (A) O fato gerador da TCFA é o exercício regular do poder de polícia conferido a todos os órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) para o controle e a fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.
- (B) É sujeito passivo da TCFA todo aquele que exerça as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais previstas no anexo VIII da Lei Federal n.º 6.938/1981.
- (C) A TCFA é devida em razão de cada atividade individualmente exercida e não por estabelecimento.
- (D) São isentas do pagamento da TCFA as entidades públicas federais, distritais, estaduais e municipais, as entidades filantrópicas, as fundações públicas ou privadas, as entidades declaradas de utilidade pública pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados ou pelos Municípios, aqueles que praticam agricultura de subsistência e as populações tradicionais.

94 – Com base no disposto na Lei Federal n.º 9.433/1997, assinale a alternativa correta no que diz respeito à Política Nacional dos Recursos Hídricos.

- (A) Consoante os fundamentos em que se baseia a Política Nacional de Recursos Hídricos a água é um bem de domínio público, constituindo-se em recurso natural limitado e dotado de valor econômico.
- (B) A cobrança pelo uso dos recursos hídricos, não obstante integre as diretrizes gerais de ação da Política Nacional dos Recursos Hídricos, não está incluída no rol dos seus instrumentos.
- (C) O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os seus usos preponderantes, visa a assegurar-lhes qualidade compatível com os usos a que normalmente são destinados, a diminuir os custos de combate à sua poluição e a criar áreas sujeitas a restrições de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.
- (D) Aos Comitês de Bacia Hidrográfica, dentre outras atividades, compete elaborar o Plano de Recursos Hídricos da bacia e promover a sua execução, bem como aprovar os mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos a ele correspondente.

95 - Dentre as atividades abaixo elencadas que envolvem o uso de recursos hídricos, diante do que dispõe a Lei Federal n.º 9.433/1997, qual delas não está sujeita à outorga pelo Poder Público?

- (A) Aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.
- (B) Uso de recurso hídrico para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos em meio rural.
- (C) Captação de parcela de água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público.
- (D) Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.

96 - Consoante disposto na Lei Federal n.º 12.305/2010, qual das alternativas abaixo indicadas contém produto(s) não elencado(s) no rol daqueles cujos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno após o uso pelo consumidor, independentemente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos?

- (A) Pneus.
- (B) Pilhas e baterias.
- (C) Óleos lubrificantes e óleos vegetais de consumo humano após o uso.
- (D) Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista.

97 – Com base na regulação das áreas de preservação permanente contida no Novo Código Florestal – Lei Federal n.º 12.650/2012, analise a alternativa correta.

- (A) Em razão de expressa determinação contida no artigo 4º da Lei Federal n.º 12.650/2012, as definições de área de preservação permanente, inclusive no que tange à extensão das suas faixas, são sempre as mesmas para as zonas rurais e urbanas.
- (B) A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.
- (C) A obrigação de recomposição da vegetação suprimida em área de preservação permanente é exclusiva do proprietário registral, pois tem natureza real, transmitindo-se ao sucessor no caso de transferência de domínio.
- (D) A metragem da faixa de área de preservação permanente situada no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, será aquela definida na licença ambiental do empreendimento.

98 - Tendo em vista o regime de proteção da reserva legal previsto na Lei Federal n.º 12.651/2012, analise as seguintes assertivas.

- I. A reserva legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.
- II. Para fins de manejo de reserva legal na pequena propriedade ou posse rural familiar, os órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) deverão estabelecer procedimentos simplificados de elaboração, análise e aprovação de tais planos de manejo.
- III. A área de reserva legal deverá ser averbada na matrícula do imóvel, no Registro de Imóveis respectivo, sendo vedada a alteração da sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento.
- IV. A inserção do imóvel rural em perímetro urbano definido mediante lei municipal desobriga o proprietário ou posseiro da manutenção da área de reserva legal.

Quais são corretas?

- (A) Apenas a I e a II.
- (B) Apenas a I e a III.
- (C) Apenas a II e a IV.
- (D) Apenas a III e a IV.

99 - Sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR, marque a alternativa correta.

- (A) O CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional obrigatório para todos os imóveis rurais.
- (B) O cadastramento no CAR será considerado título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse, desde que relativo à pequena propriedade ou à posse rural familiar.
- (C) A inscrição no CAR deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental federal.
- (D) Será obrigatória a indicação da reserva legal quanto da inscrição do imóvel no CAR, mesmo nos casos em que esta já tenha sido averbada na matrícula do imóvel com identificação do seu perímetro e da sua localização.

100 - Marque a alternativa ERRADA com base nos preceitos contidos na Lei Federal n.º 7.802/1989 – Lei dos Agrotóxicos.

- (A) A produção, a importação, a exportação, a comercialização e a utilização de agrotóxicos e produtos afins dependem de prévio registro no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente, da ciência e tecnologia e da agricultura.
- (B) Quando organizações internacionais responsáveis pela saúde, alimentação ou meio ambiente, das quais o Brasil seja membro integrante ou signatário de acordos e convênios, alertarem para riscos ou desaconselharem o uso de agrotóxicos, seus componentes e afins, caberá à autoridade competente tomar imediatas providências, sob pena de responsabilidade.
- (C) Os partidos políticos com representação no Congresso Nacional possuem legitimidade para requerer o cancelamento ou a impugnação do registro de agrotóxicos e afins, arguindo prejuízos ao meio ambiente, à saúde humana e dos animais.
- (D) Cabe ao Município legislar supletivamente sobre o uso e o armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins.

